

-----ACTA 14/2010-----

-----Da Reunião Ordinária de 7 de Junho de 2010-----

-----Aos sete dias do mês de Junho, do ano de dois mil e dez nesta cidade de Almeirim, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Assistente Técnica, Teresa Isabel Matos Alexandre, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara Municipal deste concelho, os Senhores:-----

-----Vice Presidente Pedro Miguel César Ribeiro, e Senhores Vereadores Francisco Manuel Maurício do Rosário, José Carlos da Silva, Maria Emília Castelo Arsénio Botas Moreira e José Manuel Aranha Figueiredo.-----

-----Faltou o Senhor Presidente, por se encontrar em serviço da Autarquia, e a Senhora Vereadora Fátima Cardoso, por se encontrar de férias. As faltas foram consideradas justificadas.-----

-----A reunião contou com a presença de publico e da imprensa.-----

-----PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

-----No Período Antes da Ordem do Dia, usou da palavra o Senhor Vereador Francisco Maurício, que leu a intervenção abaixo transcrita:-----

-----"O MICA quer, começar por se congratular com três factos:--

-----1 - Concerto de Cristina Branco de angariação de fundos para a família do malogrado Paulo Duarte, falecido num acidente de trabalho na COMPAL.-----

-----Foi-me comunicado que, finalmente, a dívida da Câmara, no valor de 3.600,00€ para com a organização deste evento, de carácter humanitário, foi saldada.-----

-----Não era sem tempo, mas actuações destas envergonham-me enquanto Vereador desta Autarquia. Recordo que decorreram pelo menos oito meses.-----

-----Aproveito o ensejo para lembrar que o prazo de pagamento das dívidas a fornecedores, nos casos que me têm sido relatados, está a rondar os oito, nove meses.-----

-----Em plena crise, que esta autarquia teima em não reconhecer e não apoiar, o mínimo que era exigido era que fossem rapidamente injectadas na economia local esses valores, até

porque existem linhas de crédito específicas para tal.-----

-----2 - Manutenção dos Espaços verdes protocolados com a Junta de Freguesia.-----

-----É com grato prazer que verifico que os espaços verdes que ficaram ao cuidado da nossa Junta de Freguesia estão impecáveis, nomeadamente os "Charquinhos", onde destoa aquela espécie de bar, a necessitar de ser remodelado e rentabilizado. Porque não passá-lo para a gestão da Junta que, na minha opinião está a fazer um óptimo trabalho?-----

-----Porque não dar mais competências a esse órgão que as deseja, mas ainda tem no seu orçamento 48% de despesas com pessoal?-----

-----Recordo que, defendemos na altura da assinatura do protocolo que as competências, a delegar, deveriam ser muito mais amplas.-----

-----3 - Arranjos na Ponte D. Luís.-----

-----Finalmente procedeu-se à reparação das protecções desta ponte, no entanto quer a iluminação, quer o asfaltamento está, desde há muito, por fazer. Proponho que a autarquia interceda junto das Estradas de Portugal, de forma a agilizar a conclusão da obra.-----

-----O Movimento que aqui represento, quer, também, colocar as seguintes questões:-----

-----4 - Sinalética Turística da Cidade.-----

-----No dia 1 de Fevereiro levantei a questão da falta de sinalização turística na cidade, nomeadamente a falta gritante de Placas Informativas do Hotel da Cidade.-----

-----Gostaria de ser informado quanto ao decorrer dos trabalhos, nomeadamente do que se passou na reunião de 27 de Maio último, na CIMLT.-----

-----5 - Azulejos do Edifício Alfa-----

-----No dia 19 de Abril, solicitei informação sobre as iniciativas que a autarquia levou a cabo para resolver o problema da queda de azulejos da fachada do edifício Alfa, que causava grandes transtornos aos residentes e a afectava o comércio da zona.-----

-----Entretanto foi retomado o estacionamento que, voltou a ficar interdito há pouco tempo. Gostaria de ser informado sobre o que é que se passa realmente.-----

-----6 - Fachada do prédio construído no local da Univinhos (Construções L. Pimenta).-----

-----É uma daquelas matérias que até me custa abordar.-----

-----Em primeiro lugar porque é um empreendimento de qualidade e vem ajudar a embelezar a nossa Cidade.-----

-----Depois, porque veio acabar com um local degradado da Cidade.-----

-----Também porque está a ser construído por um empresário do Concelho.-----

-----No entanto, não posso deixar de referir que a fachada, tal como está constitui um perigo para todos, sobretudo para os invisuais, mas não só.-----

-----Observei o local, olhei para o projecto que está numa das montras do edifício e questiono-me como é possível acontecer uma "enormidade" daquelas.-----

-----Suponho que terá que ser resolvida rapidamente, talvez com a colocação de um canteiro que não permita circular nos locais muito perigosos.-----

-----Convido-os a observar o local e a constatar o que é óbvio.-----

-----7 - Obras no Parque Lourenço de Carvalho.-----

-----Solicito informação sobre as obras, nomeadamente a ciclovia - que não vai resolver o problema de estacionamento, como se tem visto - no Parque Lourenço de Carvalho.-----

-----Gostaria de ser informado se estão incluídas na empreitada inicial, ou já fazem parte de outra empreitada, e se o projectista foi consultado sobre a alteração do projecto.-----

-----8 - Ecrã gigante da Praça Lourenço de Carvalho.-----

-----Quero só referir que não fui informado da iniciativa. Tomei conhecimento da sua existência quando o vi a ser instalado, não sei quanto custou, nem quem é o autor do projecto.-----

-----O que eu sei é que não gosto do aspecto nem da qualidade.-----

-----Espero que a qualidade melhore, porque quanto ao aspecto está de acordo com o resto da obra e assim vai ficar.-----

-----Sugiro que os conteúdos sejam regularmente actualizados, tenham qualidade e não sejam mais um instrumento de propaganda, a somar a tantos outros.-----

-----9 - Banco junto à Pastelaria Neiva-----

-----Faço de porta-voz de um munícipe ao questionar das razões que levaram a que fosse retirado do seu local, junto à Pastelaria Neiva, um banco que era muito utilizado pelos nossos munícipes mais velhos.-----

-----10 - Acções Inspectivas.-----

-----Finalmente e para desfazer equívocos, gostaria de saber se há algum processo inspectivo, a decorrer no Município, nomeadamente do IGAL, do Tribunal de Contas, da Direcção Geral das Autarquias ou da PJ?-----

-----o Senhor Vereador Aranha Figueiredo, pediu uso da palavra, para colocar duas questões.-----

-----A primeira relativa ao que disse o Senhor Vereador Francisco Maurício, no que toca ao pagamento a fornecedores. Disse o Autarca, que tem recebido de vários lados, informação de que a Câmara paga aos fornecedores com muito tempo de atraso. Sugeriu que se fizesse chegar uma nota com os prazos de pagamento dos diversos fornecedores. Referiu ainda, o facto de saber que as Câmaras usam critérios diferentes para pagamentos, pois os prazos de pagamentos dos diversos fornecedores, também são diferentes, há prazos aceitáveis e outros que obviamente não são.-----

-----Salientou que de qualquer modo, é uma situação preocupante.-----

-----A segunda questão, tem a ver com a Reunião de Câmara privada, do passado dia trinta e um de Maio, onde se absteve em duas deliberações. Disse ter necessidade de justificar, mais uma vez, que as abstenções se deveram ao facto dos projectos terem sido executados por entidades externas à câmara. Referiu de novo, que nestes casos, deverá sempre figurar o parecer de técnicos da Câmara, para se ter certeza da bondade dos projectos, e assim os votar politicamente com suporte técnico.--

-----De seguida o Senhor Vice Presidente prestou os seguintes esclarecimentos em relação à intervenção do Senhor Vereador Francisco Maurício. Relativamente às obras na Ponte D. Luís, informou que a Câmara fez várias "démarches" junto do Instituto de Estradas no sentido de fazer não só reparações do gradeamento, mas também na iluminação. Acontece que na altura houveram custos a mais, já que o estado da ponte estava pior do que se pensava, e que de há alguns anos para cá a Câmara tem envidado esforços no sentido de terminar a obra o mais rápido possível.-----

-----Disse o mesmo Autarca que concorda com a apreciação aos trabalhos realizados pela Junta de Freguesia. Lamentou o facto de não terem votado todos a favor desta descentralização de serviços. -----

-----Relativamente ao bar dos "Charquinhos", informou que o mesmo é para ser retirado, já que nem tem dignidade para estar instalado naquele local.-----

-----Do ecrã colocado na Praça Lourenço de Carvalho, disse o Senhor Vice Presidente, que o mesmo fazia parte da empreitada, e que está em fase de testes, bem como é intenção que os seus conteúdos sejam actualizados. Informou que uma boa parte serve para dar conhecimento a nível institucional, licenciamentos da autarquia, actividades a realizar, etc.-----

-----O Senhor Vice Presidente questionou os presentes na sala, se teriam algum questão a colocar.-----

-----Usou da palavra o Sr. Arnaldo Seixas, que mencionou algumas questões: A primeira, relativa ao entupimento de esgotos na sua casa e que teve de esperar quinze dias para que lá fossem efectuar o serviço; a ausência de iluminação da Ponte Salgueiro Maia; o porquê do não funcionamento da Estação Elevatória; o porquê de não serem terminadas as obras no Largo General Guerra; de semáforos que não funcionam; disse que as Escolas Velhas estão uma miséria e a Torre do Relógio está uma vergonha; falou da falta de toponímia em algumas ruas da cidade; que a antiga

sede da União e a Travessa dos Apóstolos estão cheias de ervas; dos inúmeros ninhos de andorinha existentes; da Travessa dos Apóstolos que está cheia de buracos, e em vez de se remendar, poderia levar um tapete novo; do Jardim da Republica, que há alguns meses atrás estava metade sem luz; dos prédios que estão por pintar, nomeadamente o do Álvaro Laudácias.-----

-----O Senhor Vice Presidente esclareceu o Munícipe, disse que em relação ao serviço da limpeza dos esgotos ia ver o que se passou, pois teve informação de que as máquinas tiveram um problema, informou que a empresa Aguas do Ribatejo trata do abastecimento de água e tratamento de esgotos e colectores públicos, mas quem faz os serviços dentro das habitações é a Câmara, e que em relação aos "bay pass" utilizados nos esgotos pluviais, estes têm a função de descarregar a água, quando chove muito. Em relação ao Largo General Guerra, informou que já foi aprovado e está a concurso. Houve entrega de propostas para a requalificação total daquele espaço, que irá ser alvo de obras incluindo as canalizações, em toda a zona desde a Estrada Nacional (Rua Miguel Bombarda), até ao Conde Sobral bem como será feito um jardim. No que respeita aos semáforos, irão ser substituídos, com uma nova tecnologia, com "Leds", para evitar estas situações. Esclareceu ainda o Munícipe que as Escolas Velhas sofreram a última intervenção há cerca de vinte anos. Neste momento está-se a proceder à realização de um projecto para uma intervenção mais profunda, até porque o ATL que está em funcionamento naquelas instalações irá ser transferido para o novo Centro Escolar, bem como os outros equipamentos com excepção dos Vinte Quilómetros. Disse que as ervas nos locais que referiu vão sendo cortadas, mas que estas voltam a crescer. Relativamente à antiga Sede da União, já foram feitas diligências no sentido de se chegar a um acordo, para se fazer um estacionamento, mas nem sempre as negociações são como se deseja. Neste caso, talvez haja lugar a expropriação ou posse administrativa, para se proceder à obra e depois ser presente aos proprietários o valor em causa. Das placas de toponímia informou que estas vão sendo substituídas, e que as que são

feitas de novo já têm indicação da respectiva informação do nome.-----

-----O Senhor Vereador José Carlos salientou o facto, de muitas vezes os proprietários não quererem que sejam apostas as placas nas paredes das suas casas.-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo, interveio e mencionou um facto que considera preocupante. É que estando a ETAR vazia e a Estação Elevatória não estar a funcionar, quer dizer que os esgotos de Almeirim e Alpiarça estão a ir directamente para a Vala. Reafirmou a sua preocupação em relação a este assunto e questionou se não haviam alternativas menos gravosas.-----

-----PERIODO DA ORDEM DO DIA-----

---O Senhor Vice Presidente, questionou o restante Executivo sobre a integração de mais três pontos à Ordem de Trabalhos, o que por unanimidade foi aceite e passou-se aos pontos da Ordem de Trabalhos.-----

-----PROJECTOS DE ARQUITECTURA - O Senhor Vice Presidente informou o Executivo dos despachos de deferimento da Arquitectura que fez, ao abrigo da delegação de competências: --

-----Marco António Espadinha Santiago, 243-07B/10, de dois mil e dez.-----

-----PROJECTOS DE GLOBALIDADE - O Senhor Vice Presidente informou o Executivo Municipal dos despachos de deferimento na globalidade que fez, ao abrigo da delegação de competências:----

-----Ana Cristina Correia Roque, cento e quinze, de dois mil e nove; Maria Ludovina Feijão Domingos Pardal, dezassete; Eugénia Maria Flauzino, vinte e sete; Fernando Manuel Tomé Pereira, vinte e oito; Rosa Maria Monteiro Morais Cambra, trinta e três, todos de dois mil e dez.-----

-----APRECIAÇÃO E RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DE NOMEAÇÃO DA ASSISTENTE OPERACIONAL GRACINDA BATISTA RIBEIRO-----

-----Foi, pelo Senhor Vice Presidente, presente a nota interna do Gabinete Jurídico, sobre o Despacho de Nomeação da Encarregada Operacional, Gracinda Batista Ribeiro, a desempenhar funções na Escola EB 2,3 de Fazendas de Almeirim. Acompanha esta nota interna o Despacho de Nomeação emanado pelo Director da Escola que a seguir é transcrito:"No exercício das minhas competências, no cumprimento do artigo 1º do Decreto-Lei nº 224/2009, de 11 de Setembro, nos termos da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, e segundo as orientações emanadas pelos ofícios-circulares nº 1/DGRHE/GGF 2009, de 5 de Agosto e nº 2 DGRHE/GGF 2009, de 20 de Outubro, nomeio a Assistente Operacional Gracinda Batista Ribeiro, em regime de mobilidade interna no mesmo serviço para o exercício de funções de Encarregada Operacional, pelo período de um ano. Esta nomeação produz efeitos a partir desta data". -----

-----Passo a transcrever a informação da Repartição de Recursos Humanos, da Autarquia:"Nos termos do Contrato de Execução nº 187/2009 publicado no D.R. 2ª Série, nº 141 de 23 de Julho de 2009, clausula 2ª, nº 3 "Sem prejuízo do disposto no D.L. nº 75/2008 de 22 de Abril, que aprovou o novo regime de autonomia, administração e gestão das escolas, relativamente a esse pessoal (leia-se Pessoal Não Docente) a Câmara Municipal passa a exercer as competências de recrutamento, afectação, colocação, remuneração, homologação da avaliação do desempenho, poder disciplinar para aplicação de pena superior a multa e decisão de recursos hierárquicos".-----

-----O nº 5 do artigo 20º(competências) do D.L. 75/2008, de 22 de Abril diz:-----

-----"Compete ainda ao Director:-----

-----Representar a escola;-----

-----Exercer o poder hierárquico em relação ao pessoal docente e não docente;-----

-----Exercer o poder disciplinar em relação aos alunos;-----

-----Intervir nos termos da lei no processo de avaliação de

desempenho do pessoal docente;-----
-----Proceder à avaliação de desempenho do pessoal não docente".-----
-----O nº 6 do mesmo diploma refere:-----
-----"O Director exerce ainda as competências que lhe forem delegadas pela administração educativa e pela Câmara Municipal."-----
-----Face ao exposto por confronto com o Despacho de Nomeação anexo ao presente ofício, salvo sempre outra melhor interpretação, é parecer da RRH que, o Emxº Srº(ª) Director(ª) não tem competência para nomear, conforme redige e subscreve quer porque a legislação vigente a isso não o habilita, quer porque não é conhecida qualquer delegação de competências para o efeito, pelo que lhe assiste unicamente a vontade oriunda da necessidade verificada e existente de propor superiormente a referida nomeação.-----
-----Não obstante, dado tratar-se de interpretação exclusivamente técnica, julgamos mesmo assim, que o assunto deve subir, para estudo e emissão de parecer ao gabinete jurídico para fins e efeitos competentes, designadamente para além da verificação de existência ou não do Sr(ª) Director(ª), para o acto em questão, se será suficiente face a verificação/constatação de competência, o Sr. Presidente ou a Câmara (executivo), ratificarem o aludido Despacho de Nomeação enviado/anexo."-----
-----Transcrição da nota interna do Gabinete Jurídico:" O novo quadro de transferências de atribuições e competências para os municípios, em matéria de educação, determinou que aquela transferência se realizasse e dependesse da existência da Carta Educativa e, da celebração de contratos de execução, entre o Ministério da Educação e os Municípios, nos termos do D.L. 144/2008, de 28 de Julho. De facto, o contrato de execução nº 187/2009 na sua clausula 2ª, nº 1, refere que o pessoal não docente é transferido, a partir da data da assinatura do contrato, para o Município de Almeirim, o qual assumirá a respectiva gestão.-----

-----Além disso, a Câmara Municipal passa a exercer as competências de:-----
-----Recrutamento;-----
-----Afectação;-----
-----Colocação;-----
-----Remuneração;-----
-----Homologação da avaliação do desempenho;-----
-----Poder disciplinar para aplicação de pena superior a multa;-
-----Decisão de recursos hierárquicos.-----
-----Quanto ao Director do Agrupamento de Escolas, é o órgão de gestão e de administração, nas áreas pedagógica, cultural, administrativa, financeira e patrimonial (artº 18º do D.L. 75/2008, 22/04).-----
-----Ora, a nomeação de Assistente Operacional em regime de mobilidade interna no mesmo serviço, para o exercício de funções de Encarregada Operacional pelo período de um ano, não se enquadra no rol de competências reconhecidas ao Director, nos termos previstos no nº 5 do artigo 20º do D.L. 75/2008 de 22 de Abril, tratando-se aqui de um acto anulável, nos termos do artigo 135º CPA.-----
-----O acto administrativo pode ser anulável (artigo 136º CPA) e pode ser ratificado pelo órgão competente para a sua prática, nos termos do artigo 137º do CPA.-----
-----Assim, o Executivo poderá ratificar o despacho de Nomeação, se assim o entender adequado".-----
-----A Senhora Vereadora Maria Emília esclareceu que este assunto diz respeito à substituição da ex-encarregada já reformada, e que se trata de uma obrigação legal.-----
-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo, questionou o porquê deste assunto ser presente a Reunião de Câmara, e que a informação prestada é escassa. Referiu ainda o facto, de que, sendo o Despacho de Nomeação do Director uma acto anulável, porque não é reconhecida à escola competência para proceder a nomeações, a Câmara irá ratificar um acto que é nulo.-----
-----O Senhor Vice Presidente esclareceu que o Despacho foi presente a Reunião de Câmara para ratificar, porque a gestão do

peçoal não docente passou a ser da competência da Câmara, perante o novo quadro de Transferências de Atribuições e Competências para os Municípios.-----

-----Posto o assunto a votação, foi deliberado por maioria ratificar, com três votos a favor do PS, e duas abstenções da CDU e MICA.-----

-----APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA MINUTA DE CONTRATO PARA CELEBRAÇÃO DO EMPRÉSTIMO BANCÁRIO ATÉ AO MONTANTE DE 193.500,00€-----

-----O Senhor Vice Presidente apresentou a minuta do contrato de abertura de crédito, com o seguinte teor:-----

-----"Contrato de Abertura de Credito entre o Banco BPI, S.A., e o Município de Almeirim até ao montante de 193.500,00€.-----

-----Entre: Primeiro - José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes que outorga na qualidade de Presidente e em representação do Município de Almeirim, adiante designado por Mutuário;-----

-----E: Mário João Pereira Gama e Maria Susana de Melo Coelho Dinis da Fonseca Martins Marques, que outorgam na qualidade de procuradores, em nome e representação do Banco BPI, S.A., Sociedade Aberta, com sede na Rua Tenente Valadim, nº248 - 4100-476 Porto, matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto, com o número único de matrícula e de Identificação Fiscal 501214534, com o capital social de € 900.000.000,00 adiante designado por Banco,-----

-----É celebrado o presente contrato de empréstimo, sob a forma de abertura de crédito, que as partes se comprometem a cumprir pontual e tempestivamente:-----

-----Clausula Primeira (Montante) - O Banco concede ao Mutuário um empréstimo, sob forma de abertura de crédito, até ao montante de € 193.500,00 (cento e noventa e três mil e quinhentos euros).-----

-----O Mutuário obriga-se a efectuar o reembolso do capital utilizado nos termos estipulados no presente instrumento;-----

-----Clausula Segunda (Finalidade) - O presente empréstimo destina-se, exclusivamente, a financiar a aquisição da parcela

"B" do terreno para construção de novo troço da Circulação Urbana de Almeirim, até ao montante de €193.500,00.-----

-----Clausula Terceira (Condições Prévias à Produção de Efeitos do Presente Contrato) - O presente contrato entrará em vigor na data da obtenção do visto por parte do Tribunal de Contas, devendo o Mutuário apresentar ao Banco os seguintes documentos:-

-----Certidão, ou fotocópia autenticada, da Acta da Assembleia Municipal de Almeirim a aprovar contratação da presente abertura de crédito, indicando, designadamente, o montante e a finalidade;-----

-----Prova de obtenção do Visto do Tribunal de Contas, nos termos da lei em vigor;-----

-----Ofício da Câmara Municipal de Almeirim solicitando a disponibilização de verba(s), ao abrigo do presente contrato.---

-----Todos os documentos emanados do Mutuário devem ser assinados e autenticados com o respectivo selo branco.-----

-----Clausula Quarta (Utilização) - A utilização do presente empréstimo deverá ser precedida de solicitação escrita, do Mutuário ao Banco, com a antecedência mínima de três dias úteis.-----

-----O pedido de utilização, apresentado nos termos do numero anterior, deverá indicar claramente: (i) a aplicação a dar aos fundos cujo desembolso se solicita; (ii) a data prevista para a utilização; (iii) e o montante da utilização.-----

-----O crédito será utilizado por uma só vez ou parceladamente, tendo presente a finalidade referida na Clausula Segunda, até à data que ocorrer trinta e seis meses a contar da data de entrada em vigor do presente contrato.-----

-----A utilização será efectuada através da conta de depósitos à ordem número 2-1875070001-001 de que o Mutuário é titular junto do Banco.-----

-----O Mutuário confessa-se, desde já e incondicionalmente, devedor ao Banco das importâncias utilizadas nos termos da presente Clausula, bem como dos juros que as mesmas importâncias venham a vencer e, ainda, das comissões, despesas e encargos estipulados no presente contrato.-----

-----Cláusula Quinta (Contagem e Vencimento de Juros) - Sobre o montante em dívida do presente empréstimo, no início de cada período semestral de contagem de juros, vencer-se-ão juros calculados dia a dia, tomando por base um ano de 360 dias.-----

-----Os juros serão pagos semestral e postecipadamente, sendo que, quando se iniciar o reembolso do capital do empréstimo, os juros passarão a ser pagos conjuntamente com aquelas prestações de reembolso de capital.-----

-----Cláusula Sexta (Taxa de Juro) - O presente empréstimo vence juros à taxa nominal correspondente à Euribor a 6 meses, base 360, em vigor no segundo dia útil anterior à data de início de cada período de contagem de juros, acrescida de uma margem (spread) de 1,625%, o que, à data de 24 de Maio de 2010, corresponde a 2,612%, sendo a T.A.E. (calculada nos termos do D.L. 220/94 de 23 de Agosto) nesta data de 2,629%.-----

-----Sempre que, durante um período de contagem de juros, ocorra uma alteração no Mercado Monetário Interbancário, o Banco reserva-se o direito de alterar a taxa de juro a aplicar mediante um pré - aviso escrito ao Mutuário.-----

-----Em consequência do disposto no número 4. anterior, a nova taxa de juro corresponderá à taxa média verificada no Mercado Monetário Interbancário, para operações de prazo idêntico ao do indexante referido no ponto 1 da presente Clausula, calculada com base nas taxas divulgadas na Reuters, acrescida do spread que vigorar nos termos previstos no mesmo número 1., tendo, em consequência, o Mutuário a faculdade de resolver o presente contrato, com fundamento nesta situação.-----

-----Para efeitos desta clausula, considera-se existir uma alteração no Mercado Monetário Interbancário, sempre que a variação das taxas de juro para as operações de prazo idêntico ao do indexante, referido no ponto 1 anterior, for superior a zero virgula cinco pontos percentuais.-----

-----Cláusula Sétima (Mora e Capitalização) - Sem prejuízo do disposto na Clausula Décima Primeira, em caso de mora, no reembolso do capital de empréstimo, ou no pagamento de qualquer outra prestação pecuniária dele emergente, sobre o montante em

mora e durante o tempo em que a mora se verificar, incidirá a taxa de juro nominal fixada na Clausula Sexta deste Contrato, acrescida, a titulo de clausula penal, de quatro por cento ao ano ou da sobretaxa legal máxima que no momento estiver em vigor.-----

-----O Banco terá a faculdade de, a todo o tempo, capitalizar juros remuneratórios correspondentes a um período não inferior a três meses, e juros moratórios correspondentes a um período não inferior a um ano, adicionando tais juros ao capital em divida, passando aqueles a seguir todo o regime deste.-----

-----Cláusula Oitava (Prazo e Reembolso) - O prazo total do presente empréstimo é de 20 anos, a contar da data da entrada em vigor do presente contrato.-----

-----O capital em divida do presente empréstimo será pago em 34 prestações constantes de capital juros, semestrais e postecipadas, vencendo-se a primeira prestação seis meses após o termo do período de utilização, isto é, quarenta e dois meses após a data de entrada em vigor do presente contrato.-----

-----A antecipação de amortização, total ou parcial, do presente empréstimo, sem qualquer penalização para o Mutuário, só poderá ocorrer em data que coincida com a do final de um período de contagem de juros, sendo necessário um aviso prévio do Mutuário nesse sentido, com um mínimo de 30 dias relativamente a essa data.-----

-----O reembolso do empréstimo, o pagamento dos juros, bem como o de todas as outras verbas previstas neste contrato serão efectuadas por debito da conta identificada no número quatro. Da anterior Clausula Quarta.-----

-----Sem prejuízo do disposto no número 4. anterior, o Mutuário, desde já, autoriza irrevogavelmente o Banco a debitar, se necessário, para efectivação dos pagamentos devidos, quaisquer outras contas de depósitos de que o Mutuário seja, ou venha a ser, titular ou co-titular junto do Banco, fazendo-se pagar por tudo quanto lhe venha a ser devido, no âmbito do presente contrato.-----

-----As quantias recebidas pelo Banco, ao abrigo do presente

contrato serão imputadas, sucessivamente, ao pagamento de despesas, impostos e encargos, indenizações, juros e capital.--

-----Ao montantes reembolsados não poderão ser reutilizados.-----

-----Clausula Nona (Obrigação de Afectação de Receitas) - O Mutuário obriga-se a, até ao limite legalmente admissível, afectar ao cumprimento das obrigações pecuniárias, que para si emergem do presente contrato, as sua receitas no valor que se revelar necessário para o efeito.-----

-----Clausula Décima(Pari Passu) - O Mutuário declara e obriga-se para com o Banco a tratar os créditos, emergentes das obrigações assumidas no presente contrato, em paridade com o conferido às demais obrigações e compromissos assumidos pelo Mutuário, nomeadamente no que diz respeito à prestação de quaisquer garantias, reais ou obrigacionais.-----

-----Clausula Décima Primeira (Vencimento Antecipado) - O não cumprimento pelo Mutuário, junto do Banco, de qualquer das obrigações, pecuniárias ou de outra espécie, derivadas do presente contrato, confere ao Banco o direito de não proceder a quaisquer desembolsos adicionais bem como o direito de declarar o imediato e automático vencimento dos créditos resultantes deste contrato e, conseqüentemente, a exigibilidade de tudo quanto, no âmbito do mesmo, constitua o crédito do Banco, passando todo o montante a vencer juros à taxa nominal prevista na clausula Sexta acrescida da sobretaxa de mora referida na Clausula Sétima.-----

-----Clausula Décima Segunda (Extractos de Conta) - Os extractos de conta relativos ao presente contrato e respectivo empréstimo, emitidos pelo Banco, serão documento suficiente para a determinação do montante em divida, tendo em vista a exigência ou reclamação judicial ou extra-judicial dos créditos do Banco, considerando-se para todos os efeitos parte integrante do presente contrato.-----

-----Clausula Décima Terceira (Cessão de Posição Contratual) - O Mutuário autoriza, desde já, o Banco a ceder, a favor de outra(s) Instituição(ões) de Crédito, a sua posição no presente contrato, mediante notificação ao Mutuário, com uma antecedência

mínima de 30 dias em relação à data de início de um período de contagem de juros, e desde que não resulta alteração das condições constantes no presente contrato.-----

-----Clausula Décima Quarta (Comunicações ao Banco de Portugal)

- O banco está obrigado a comunicar ao Banco de Portugal a informação relativa a responsabilidades efectivas ou potenciais decorrentes de operações de crédito, de que sejam beneficiárias pessoas singulares ou colectivas residentes, ou não residentes, no território nacional.-----

-----Para cumprimento dessa obrigação, nos termos e para os efeitos do disposto na Instrução nº 21/2008, do Banco de Portugal, o Banco comunicará mensalmente à Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal, os saldos daquelas responsabilidades aos quais serão associados, designadamente, os elementos referentes à identificação dos mutuários e dos garantes, ao montante dos créditos concedidos e o tipo e valor das garantias prestadas, ao grau de cumprimento do pagamento, aos prazos inicial e residual, à finalidade dos créditos contratados, aos créditos vencidos e ao valor dos encargos mensais associados ao pagamento dos créditos.-----

-----Aos devedores dos créditos é reconhecido o direito de acesso à informação que, neste âmbito, é prestada a seu respeito, bem como o de solicitar a sua rectificação ou actualização.-----

-----Clausula Décima Quinta (Foro) - Para todas as questões emergentes deste contrato é estipulado o foro da Comarca de Lisboa.-----

-----Feito em três exemplares de igual valor e conteúdo, devidamente rubricadas e assinadas destinadas a cada uma das partes."-----

-----Posta a minuta do contrato a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

-----ENTREGA PARA CONSULTA DO ESTUDO PREVIO DE ALTERAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EMERGENCIA - O Senhor Vice Presidente

apresentou a seguinte proposta:" Tendo em conta a necessidade de rever o Plano Municipal de Emergência, apesar de o actual se encontrar em vigor conforme indicação da Autoridade Nacional de Protecção Civil, proponho a distribuição deste 1º draft no sentido de recolher contributos para a sua versão final."-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo, manifestou a sua satisfação, perante este assunto, foi antes de se ter tomado qualquer decisão tivesse sido presente a todo o Executivo, pois com o contributo de todos o documento ficará mais "rico".-----

-----Relativamente a este assunto, foi deliberado entregar cópias e solicitar sugestões para a versão final do referido Plano Municipal de Emergência.-----

-----APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA 11º ALTERAÇÃO AO LOTEAMENTO DA ZONA DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS - Foi presente a informação interna do Sr. Arquitecto Artur Sampaio, relativamente ao assunto em epígrafe:"De acordo com a V. solicitação de que junto fotocópia, anexo projecto de alteração do Loteamento Industrial de Almeirim, com vista à implementação dos lotes nºs 83, 84 e 85 para implantação das instalações da ANPC. Esta reconfiguração de frente de lotes não está prevista Regulamento de Construção, Venda e Transmissão de Lotes na Zona de Actividades Económicas de Almeirim publicado em 7 de Maio de 2003 e aprovada pela Assembleia Municipal pelo que ponho à V. consideração solicitar parecer jurídico sobre a necessidade da sua aprovação pela Assembleia Municipal, tendo em vista o interesse público".-----

-----Acompanha esta informação, o parecer do Consultor Jurídico, Dr. Victor Batista, que a seguir é transcrito:"A matéria em apreço na presente alteração é uma mera alteração ao loteamento, não envolvendo matéria que seja substancialmente regulamentar.--

-----Assim, nada obsta à sua aprovação pela Câmara Municipal".--

-----Posto o assunto a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.-----

-----APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA CEDENCIA À ANPC EM REGIME DE DIREITO DE SUPERFÍCIE POR CINQUENTA ANOS DOS LOTES 83, E 85 PARA A INSTALAÇÃO DO CDOS E DA UNIDADE DE RESERVA LOGÍSTICA NACIONAL RESPECTIVAMENTE - Relativamente a este assunto foi pelo Senhor Vice Presidente presente a seguinte proposta:-----

"Atendendo que a Autoridade Nacional de Protecção Civil pretende instalar uma base permanente de operações de socorro na Cidade de Almeirim, sendo que dessa base de operações fazem parte a Unidade de Reserva Logística Nacional, com a construção de dois pavilhões e a sede da FEB (Força Especial de Bombeiros "Canarinhos") e futuramente o CDOS Santarém.-----

-----Atendendo a que nos vários serviços se estima que passem a ter sede no concelho, cerca de 70 profissionais da ANPC.-----

-----Atendendo ao exposto, proponho que:-----

-----A Câmara revogue a decisão de cedência à ANPC dos lotes 84 e 85, anteriormente cedidos em direito de superfície por 50 anos.-----

-----A Câmara ceda em direito de superfície e por 50 anos, os lotes 83 e 85, para instalação do CDOS Santarém e URL Nacional, respectivamente.-----

-----A Câmara se candidate ao QREN nacional de forma a construir a sede da FEB no lote 84.-----

-----Se desenvolva os procedimentos necessários para que a renda paga para o funcionamento do CDOS de Santarém no "Lezíria Retail Park" passe a ser responsabilidade da ANPC."-----

-----O Senhor Vice Presidente esclareceu que há cerca de um ano foram cedidos à ANPC os lotes 84 e 85 para instalação do CDOS, sendo que as instalações de Santarém e o Comando Operacional de Tomar ficaram unificadas, no edifício do Lezíria Retail Park, onde foram arrendadas as instalações. Neste momento, por contactos realizados e por sugestão da ANPC pretende-se instalar também a URL, com dois pavilhões e a sede da FEB. Seriam os lotes distribuídos da seguinte forma, lote 85 com a alteração para o URL, lote 83 para o CDOS e lote 84 que sendo propriedade da Câmara seria candidatado ao respectivo fundo nacional e seria para FEB. Referiu o mesmo Autarca que, a ANPC, redefiniu

prioridades em termos de gastos, e que a mesma Associação considera de grande importância a FEB e URL, sendo lógico que ficassem todas juntas, bem como será a ANPC a suportar o valor das rendas.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício disse que gostaria de ter tido a informação em primeira mão, ser através do Mirante ou do facebook, e que a situação é já um dado adquirido, e que tudo não passa de um mero espectáculo o que se anda a fazer com os bombeiros. Ripostou ter dúvidas, por não possuir os dados necessários, e questiona o facto de haver disponibilidade destes lotes na Zona Actividades Económicas, sabendo ele que há uma lista de candidatos de empresários da zona, interessados na aquisição de um lote e que não conseguem. Questionou novamente, como é possível ser tão fácil a disponibilidade destes lotes.---

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo mencionou também que o facto do Presidente ter levado primeiro para a comunicação social este assunto, antes de ser discutido em Reunião de Câmara é uma falta de respeito e não deve voltar a acontecer, pois assim, é dado como um facto já consumado. Lembrou que aquando do aluguer do espaço no Retail Park não concordou que fosse a Câmara a pagar, salientando a atitude da ANPC, que se antecipou e corrigiu este erro, passando a Associação a assumir o pagamento das rendas.-----

-----Voltou a usar da palavra o Senhor Vereador Francisco Maurício, dizendo que não havia qualquer justificação ou necessidade de fazer o aluguer naquelas condições, até porque havia um processo judicial, e não se devia ter entrado neste tipo de negociações.-----

-----O Senhor Vice Presidente, respondeu que quem está atento às redes sociais, sabe que ele coloca no facebook as Ordens de Trabalhos das Reuniões de Câmara, logo passam a ser públicas, e é natural que a comunicação social se inteire dos assuntos. No caso concreto deste ponto, informou que foi abordado telefonicamente e que a única informação por ele prestada, é que o assunto iria a Reunião de Câmara para ser aprovado. Salientou que não houve qualquer fuga de informação para a comunicação

social. Disse o mesmo Autarca que a 16 de Outubro as instalações de Santarém e Tomar iniciaram a actividade com todas as formalidades cumpridas.-----

-----O Senhor Vice Presidente retorquiu ser falso, muito falso que houvessem instalações para o CDOS com aquele espaço, com aquelas condições e por menos dinheiro, que todos os locais visitados na altura, não serviam as exigências requeridas pela ANPC. Disse que o que foi dito pelo Senhor Vereador do MICA, é inverdade. Informou também, que não houve antecipação nenhuma, o que aconteceu foi que a Associação colocou a hipótese de se aglomerarem todos os serviços no mesmo espaço, e ao ser colocada pela Autarquia a questão dos pagamento, foi acordo de ambas as partes, por se julgar razoável, ser a ANPC a pagar a respectiva renda.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício ditou a seguinte Declaração em Defesa da Honra:"Confirmo tudo o que acabei de afirmar sobre o arrendamento do CDOS no Retail Park. É uma empresa com quem temos um processo Judicial a decorrer, e havia instalações com melhores condições e mais baratas na Zona Industrial. Estranho muito na altura , e confirmo, estranho muito que o Senhor Ex-Vereador Domingos Martins, ligado a uma empresa privada estivesse ligado a este negócio do arrendamento de instalações para o CDOS".-----

-----Também em Defesa da Honra o Senhor Vice Presidente ditou a seguinte Declaração:"Como já referi, houve contactos feitos com pessoas e empresas no sentido de estudar locais para instalação do CDOS na Zona Industrial. Esses contactos foram depois precedidos de uma visita por parte de responsáveis nacionais e regionais da ANPC, que entenderam que os espaços em causa não tinham as condições que eles pretendiam. Mais! Também se tentou ver antes do quartel FEB, se existiam instalações prontas, e estas, as prontas, não serviam as exigências técnicas. O contacto com a empresa proprietária do Lezíria Retail Park, foi feito directamente por mim, junto do Director Comercial, não existindo qualquer intermediário, muito menos o Ex Vereador Domingos Martins. Por fim, é fácil levantar falsos testemunhos,

porque quando se confrontam as pessoas pedindo para indicar os casos concretos, eles não são indicados. Até porque sei, como é obvio, quais foram os locais.-----

-----É tudo transparente! Como tal, um dos locais é ao lado do Toniauto, e nesta altura foi feito pelo Director Nacional de Protecção Civil e Arquitecto, e chegou-se à conclusão que o espaço não era o indicado, atendendo a um conjunto de obras de adaptação."-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício voltou a usar da palavra para dizer que reafirma que as afirmações proferidas pelo Vice Presidente não constam de qualquer estudo ou relatório escrito que seja do conhecimento publico. Que afirmações desta natureza e com esta sustentação, ouve-as quem quer acredita quem quiser, ou não. O Senhor Vereador Pedro disse que gostaria de saber onde há espaços com 500 m2 considerados "open space" prontos a utilizar.-----

-----Posta a proposta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

-----Para a duas deliberações que se seguem, esteve presente o Senhor Arquitecto Artur Sampaio, para prestar os devidos esclarecimentos. -----

-----APROVAÇÃO APÓS PUBLICAÇÃO DA ALTERAÇÃO À REDACÇÃO DO ARTIGO 5º DO REGULAMENTO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ALMEIRIM-----

-----Foi presente a informação relativamente a este assunto do seguinte teor:"Redacção final do artigo 5º, área para equipamentos e actividades diversificadas.-----

-----1 Destina-se esta zona à instalação de equipamento destinado a servir, não só a população do concelho, mas também, eventualmente a dos concelhos vizinhos, tais como estabelecimentos de comercio ou conjuntos comerciais, mercado abastecedor de produtos agrícolas, armazéns grossistas, terminais de transportes de mercadorias, hotéis ou outros equipamentos de grande dimensão.-----

-----2 Os equipamentos a instalar obedecerão aos regulamentos

próprios da sua área e às seguintes condições:-----

-----a - Número de aparcamentos proporcional à sua utilização e em número mínimo a fixar pela Câmara para cada caso, se não estiver determinado no regulamento próprio.-----

-----b - Acesso a partir de vias publicas em condições de servir convenientemente os utentes sem prejudicar o transito nestas.---

-----c - Distancia mínima às vias publicas de acordo com o estipulado nos regulamentos dessas vias.-----

-----d - A área mínima do lote é de 1 500m², sendo os índices máximos de ocupação e de impermeabilização em relação ao lote respectivamente de 0,60 e 0,70 e a altura máxima permitida das construções de 12,5 m, salvo em casos de instalações especiais devidamente justificadas.-----

-----e - Plantação de cortina verde envolvente, excepto no caso em que prejudique a utilização do equipamento, com uma área não inferior a 10% da superfície do lote.-----

-----f - Instalação de infra-estruturas e reforço das existentes a cargo das entidades gestoras dos empreendimentos.-----

-----g - Os equipamentos propostos para esta área ficarão sujeitos ao Regime Jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental sempre que, pela sua especificidade, a legislação em vigor assim o imponha.-----

-----As instalações a fixar nesta área, deverão ter características não poluentes."-----

-----Relativamente a este assunto foi deliberado por unanimidade submeter à Assembleia Municipal, para aprovação final.-----

-----APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE MANDAR ELABORAR A ALTERAÇÃO DO PDM -----

-----o Senhor Vereador Francisco Maurício disse que a aquisição destes terrenos por parte da Câmara, para a construção do Centro Escolar, foi um negócio obscuro, que na altura votou contra, bem como a CDU, entre outros motivos, pela sua má localização e que indicou outras alternativas muito mais lógicas. Questiona se o negócio foi feito assim e se ninguém sabia que o terreno está

inserido em Zona Verde Particular. Referiu que se ninguém sabia, são uns incompetentes, ou então, se sabiam foi tudo feito de má fé.-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo, disse:" Que não vou repetir o que foi dito pelo Senhor Vereador do MICA, mas se estivéssemos num País sério, a maioria deste executivo, estaria hoje muito mal sentada, por fazer uma construção em terrenos onde tal não é permitido em ZVP(Zona Verde Particular), ou seja, num total desrespeito pelo PDM. Mas, atendendo ao facto, para garantir um arranjo urbano que remediasse o que está feito e libertasse mais terreno para o Centro Escolar, este pudesse vir a ter a qualidade que hoje se exige a um estabelecimento de ensino." Reafirmou:"É melhor remediar o que está mal feito, através de um Plano de Pormenor." -----

-----O Senhor Vice Presidente disse que o que está em questão, é mandar elaborar uma alteração ao PDM, para que aquela serventia publica seja um arruamento, cumprindo todas as normas legais para melhorar o acesso ao Centro Escolar.-----

-----O Senhor Arquitecto Artur Sampaio clarificou que a Câmara necessita de deliberar duas coisas: a alteração ao PDM, e a isenção de estudo de impacto ambiental.-----

-----Posto o assunto a votação, foi o mesmo aprovado com três votos a favor do PS, e 2 votos contra e de vencido do MICA e CDU.-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício, fez a seguinte declaração de voto:" O MICA vota contra e faz voto de vencido e responsabiliza o Sr. Presidente da Câmara por todas as vicissitudes inerentes à localização do Centro Escolar das Fazendas.-----

-----Apesar de toda a gente reconhecer a necessidade desse equipamento escolar, sempre nos opusemos à sua localização. É verdade que, não sabíamos, na altura, que tinha problemas da natureza agora conhecida.-----

-----Achamos inconcebível que tal aconteça: então vai-se construir uma nova escola em terreno, quanto a nós sem condições

e ainda por cima inserido na Zona Verde Particular?-----
-----Que raio de contornos teve este negócio. Bem mais escuros do que aqueles que denunciámos na altura, com certeza.-----
-----Quem é que assume as responsabilidades, inclusive as financeiras.-----
-----É mais um descalabro Sr. Presidente.-----
-----Parece-me sina das escolas construídas na Freguesia das Fazendas".-----
-----Saiu o Sr. Arquitecto Artur Sampaio.-----

-----APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE INCLUSÃO DO BANCO SANTANDER TOTTA, DO BANCO POPULAR E BBV NA LISTA A CONSULTAR PARA AJUSTE DIRECTO COMO CONCURSO PARA LOCAÇÃO FINANCEIRA DA COMPRA DE TERRENO À SANTA CASA DA MISERICÓRDIA - O Senhor Vice Presidente apresentou a proposta do seguinte teor:-----
-----"Considerando que em reunião do executivo de 3 de Maio passado foi deliberado convidar a C.G.D., B.E.S. e BANIF, para o concurso de Locação Financeira na modalidade de Leasing para financiar a aquisição do terreno no Largo Manuel Rodrigues Pisco, Propriedade da Santa Casa da Misericórdia de Almeirim;---
-----Considerando que em anterior concurso publico internacional de locação financeira na modalidade de leasing, para compra de um terreno para continuação da circular urbana, apenas o Banco Santander se mostrou interessado e apresentou proposta, ainda que por eventual lapso, não tenha respondido a todos os atributos do caderno de encargos;-----
-----Considerando que o mesmo Banco através do responsável pelo balcão de Almeirim, se tem mostrado interessado não só em concorrer, como também a apresentar novos produtos que poderão vir a interessar a este Município;-----
-----Considerando que também o responsável pelo Banco Popular tem mostrado muito interesse em reforçar as relações comerciais com o Município;-----
-----Considerando que existe conhecimento que o Banco Bilbao Viscaya Argentina, está a oferecer das melhores taxas de juros

disponíveis no mercado;-----
-----Por tudo isto, proponho que sejam acrescentados o Banco Santander, o Banco Popular e o BBVA, à lista de entidades a convidar para o ajuste directo mencionado no 1º paragrafo desta proposta".-----

-----O Senhor Vereador Francisco Maurício propôs que se incluísse na proposta o BPI, o que foi aceite pelos Autarcas presentes.-----

-----A proposta foi aprovada por unanimidade, com a inclusão do BPI, conforme proposto pelo MICA.-----

-----APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA PARA ABERTURA DO CONCURSO PUBLICO AO ABRIGO DO DECRETO-LEI Nº 18/2008 DE 29 DE JANEIRO PARA A AQUISIÇÃO NA ÁREA DOS SEGUROS E DELIBERAÇÃO A DESIGNAR A CIMLT COMO REPRESENTANTE DO AGRUPAMENTO DE CAMARAS PARA CONCRETIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO - O Senhor Presidente apresentou a proposta relativa ao assunto acima mencionado, abaixo transcrito:-----

-----"Considerando que:-----

-----A aquisição de serviços na área dos seguros é fundamental para o funcionamento do Município;-----

-----Os serviços na área dos seguros representam, em termos financeiros, um custo relevante no Orçamento Municipal;-----

-----Os efeitos de economias de escala provenientes dos procedimentos promovidos pela CIMLT têm permitido gerar poupanças para o Município em diversas ares;-----

-----O Município integrou um procedimento lançado pela CIMLT em conjunto com outros Municípios, com vista à aquisição de serviços na área dos seguros, no ano 2006, do qual resultam óbvios benefícios nesta área.-----

-----Propõe a aquisição de serviços na área dos seguros, nos seguintes ramos: Automóvel, Acidentes Pessoais, Acidentes de Trabalho, Responsabilidade Civil e Multirriscos.-----

-----Para esse efeito, com fundamento na alínea b) do nº 1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos (aprovado pelo

Decreto Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, propõe-se a abertura de procedimento de concurso publico, estimando-se para este Município o valor de 342.788,49€, ao qual acresce IVA, a satisfazer pela dotação da rubrica orçamental 50/020212, prevendo-se um valor de realização financeira de 38.086,94€ no ano de 2010, de 114.260,83€ no ano de 2011, de 114.260,83€ no ano de 2012 e de 76.173,89€ no ano de 2013, para cuja repartição se pede autorização à Assembleia Municipal."-----

-----Discutida a proposta, foi a mesma aprovada por unanimidade, com a seguinte Declaração do Voto do Senhor Vereador Aranha Figueiredo:"Votei a favor da proposta, fundamentalmente porque considero que é uma oportunidade das câmaras verem reduzir os custos com pacotes de seguros. Mas, passando para a CIMLT, aconselho que a Câmara acompanhe de perto todos os processos".--

-----APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RECONHECIMENTO POR 25 ANOS DE SERVIÇO E IDADE DE REFORMA AOS FUNCIONÁRIOS DA AUTARQUIA.-----

-----O Senhor Vereador José Carlos da Silva apresentou a seguinte proposta:"Reconhecimento por 25 anos ao serviço da Câmara Municipal de Almeirim. - 25 anos ao serviço de uma entidade, empresa ou instituição é razão suficiente para que colegas e entidade patronal se associem numa homenagem de reconhecimento pela dedicação de quem completou essa etapa.-----

-----Assim, proponho que esta efeméride seja reconhecida publicamente numa reunião de Assembleia Municipal pelos Sr.s Presidentes do Município e Assembleia fazendo a entrega de uma medalha personalizada e diploma de dedicação.-----

-----Proponho ainda que este reconhecimento, bem como entrega do diploma e medalha com os anos de serviço, seja extensiva aos funcionários aposentados ainda vivos".-----

-----Relativamente a esta proposta, foi deliberado ser presente numa próxima reunião.-----

-----EXPEDIENTE GERAL-----

-----ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICIPIOS PORTUGUESES - A Câmara tomou conhecimento da circular 84/2010 da ANMP, relativa às Iniciativas Legislativas. Regime de Tutela Administrativa. Crime Urbanístico. Crimes da Responsabilidade dos Titulares de Cargos Políticos.-----

-----ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS VOLUNTARIOS DE ALMEIRIM - Dispositivo de Combate a Incêndios Florestais 2010 - Presente o pedido de apoio referente ao valor de subsidio de almoço, para os 7 elementos que integram a equipa, no período de 1 de Junho a 15 de Outubro de 2010.-----

-----Para esta deliberação ausentou-se o Senhor Vice Presidente, Pedro Ribeiro, por se encontrar legalmente impedido.-----

-----Foi deliberado por unanimidade proceder à transferência equivalente ao valor de 4,27€ diários, para os 7 elementos, no período de 1 de Junho a 15 de Outubro do corrente ano, ou seja, 4.094,93€.-----

-----ASSOCIAÇÃO VINTE QUILOMETROS DE ALMEIRIM - SECÇÃO DE PETANCA - Foram presentes os pedidos de apoio da Associação, para pagamento de alojamento de uma noite para quatro Dirigentes da Federação, Presidentes das Associações e dois Árbitros, bem como para o almoço a realizar na Quinta da Feteira, tudo no âmbito da realização da Taça de Portugal de Petanca, a realizar dia 19 de Setembro de 2010.-----

-----A Câmara deliberou, proceder à transferência de 300€ para os alojamentos, e ainda 300€ para apoio ao serviço de almoços para cerca de 300 pessoas. Não participou nesta deliberação o Senhor Vice Presidente, por se encontrar legalmente impedido-----

-----ASSOCIAÇÃO VINTE QUILOMETROS DE ALMEIRIM - SECÇÃO DE CICLOTURISMO - Presente o pedido de apoio da Secção para realização do 13º Passeio de Cicloturismo, realizar dia 20 de Junho de 2010, incluído no programa das Festas da Cidade.-----.

-----A Câmara deliberou por unanimidade proceder à transferência de 1.000€.-----

-----ACÇÃO SOCIAL - A Senhora Vereadora Maria Emília expôs a situação de um pedido de apoio, em nome de Paula Cristina Nogueira Coutinho Silva, residente na Rua de Porto Santo, nº1 em Almeirim. O pedido é devidamente contextualizado pelo Gabinete de Acção Social da Autarquia. É solicitado apoio financeiro, para pagamento de rendas em atraso da moradia acima indicada. O valor total de dívida é de 2.970,00€.

-----Posto o assunto à consideração, o Executivo deliberou por unanimidade apoiar no valor de 50% da dívida, ou seja, 1.485,00€.

-----PEDIDO DE APOIO - O Senhor Vereador José Carlos, deu conhecimento de um mail enviado por Francisco Freilão, onde é solicitado apoio para pagamento aos artistas participantes nas noites de 21 e 22 de Maio, no decorrer do Torneio Internacional de Futebol Veterano.

-----Foi deliberado por unanimidade proceder à transferência de 375€, a atribuir ao "Santeirim".

-----ACTAS - Tendo sido distribuídas por todos os Autarcas, a actas de 17 e 31 de Maio, foi aprovada a de 17 de Maio de 2010.

-----SENHAS DE PRESENÇA - Foram comunicadas à Repartição de Recursos Humanos da Autarquia, as presenças dos Senhores Vereadores na presente reunião de Câmara, para pagamento das senhas de presença.

-----Às dezassete horas e vinte e cinco foi encerrada a reunião.

-----E eu, _____, Assistente Técnica desta Autarquia, elaborei a presente acta, que lavrei e subscrevi a qual vou assinar com o Senhor Presidente.

O Vice Presidente da Câmara

A Assistente Técnica